



9º Seminário de Extensão

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA: RELATOS DO ACOMPANHAMENTO

Autor(es)

GABRIELA DISTEFANO

Orientador(es)

Márcia Aparecida Lima Vieira

1. Introdução

Esse artigo abordará a trajetória de duas educadoras de jovens e adultos nos assentamentos rurais, que participaram do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) durante o ano de 2006. O grande sucesso obtido nessa prática despertou meu interesse em escrever sobre o assunto, relacionando essa prática com as concepções de alguns autores como Freire (1996), Nogueira (2005), Vieira (2005) e Cury (2000).

2. Objetivos

Apresentar a trajetória de duas educadoras, a partir da proposta pedagógica desenvolvida pelas mesmas e da relação que estabeleceram com os alunos, o comprometimento de seu trabalho e o resultado obtido nessa prática.

3. Desenvolvimento

O PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, foi desenvolvido durante o ano de 2006, por meio de uma parceria entre UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e OMAQUESP - Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, tinha por objetivo alfabetizar jovens e adultos nos assentamentos rurais, bem como capacitar os educadores dos assentamentos. Os educadores foram escolhidos por meio de uma assembléia realizadas em cada assentamento. Os educadores populares demonstraram interesse em participar do programa e a comunidade se encarregou de escolher um alfabetizador. Um dos critérios do projeto era que os educadores fossem das próprias regiões, ou melhor, dos assentamentos em que abririam as salas e não só isso, mas que eles buscassem inscrições de pessoas interessadas para montar a sua própria classe. No Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos dos Assentamentos da Agricultura Familiar

(2005), tem um trecho escrito que destaca que a falta de prática da escrita e da leitura nos assentamentos provoca uma dependência de outras pessoas não assentadas, o que torna uma dificuldade na luta dos assentados. Nogueira e Freire (2005), afirmam que há momentos em que uma comunidade ao refletir sobre sua realidade dá início a uma nova luta, que parte de suas necessidades, ou seja, começa a ser ter clareza do que realmente se quer e do que é possível. Por exemplo, de início uma comunidade pode querer o acesso à inúmeros direitos, mas percebem a necessidade de reconhecer as prioridades, ou seja, qual luta deverá ser travada primeiro, neste caso, esses assentamentos decidiram que a luta por educação é prioridade e foi assim, da clareza do que se pretende que surgiu no próprio cotidiano as perspectivas de superação e propostas de transformação da realidade vivida. Todo o trabalho desenvolvido buscou pautar-se nos pressupostos da educação popular a qual tem como ponto de partida os interesses coletivos definidos pelo próprio grupo e se constrói e caminha junto, onde todos irão lutar por transformações. Dessa forma, os educadores estão comprometidos com os interesses da luta de seu povo. Nesse sentido, nas reuniões de formação com os educadores, o ponto de partida era sempre uma reflexão sobre a realidade dos assentamentos, para a partir daí buscar estudos que contribuem para uma melhor compreensão desta realidade e dão respaldo a prática educativa. É nesse momento de formação que começo contando sobre a trajetória dessas duas educadoras da região de Pradópolis, interior do Estado de São Paulo. A opção por contar a trajetória destas duas educadoras deve-se ao maior acompanhamento, de minha parte, como bolsista do projeto, do percurso destas duas salas de aula. Desde o primeiro momento de formação estas duas educadoras mostravam-se extremamente interessadas, participativas e, como todas as demais, bastante inseguras, diante do desafio que abraçavam. Uma delas comentava sempre que gostaria de estar cursando Pedagogia, pois afirmava sentir falta de maiores conhecimentos teóricos para o desenvolvimento da prática educativa, especialmente junto aos alunos adultos. As aulas começaram e as duas dividiam o mesmo espaço, no interior do salão de uma igreja. Uma dava aula no canto da frente do salão da igreja e a outra no canto do fundo, ficando os alunos de costas de uma turma para outra. Nos primeiros dias de aula, ao perceber a diversidade dos alunos em termos de conhecimentos sobre a leitura e a escrita, as educadoras optaram por dividir as turmas, uma ficava com os alunos no início do processo de alfabetização, contando com 26 alunos em sua turma e a outra ficou com os alunos que já estavam num estágio um pouco mais avançados com o número de 13 alunos em sua turma. Com o início das aulas, as dificuldades foram aparecendo e estas eram expostas nas reuniões de formação, onde se realizava uma reflexão a partir da qual elaborávamos coletivamente propostas de intervenção e planejamento de aulas. Também reconhecemos que os alunos presentes nas turmas do programa, ao vivenciarem todo um histórico de exclusão se viram impossibilitados de frequentar a escola ou não obtiveram sucesso na mesma, portanto, neste caso o papel do educador é de uma responsabilidade ainda maior, pois cabe a este demonstrar aos alunos que estes são capazes de aprender e, para isso há necessidade de propor atividades que condizem com suas realidades, de forma dinâmica, de modo que o aluno perceba os efeitos da aprendizagem em sua vivência cotidiana. Portanto era imprescindível que o educador reconhecesse o aprendizado acumulado pelo aluno ao longo da vida, seu conhecimento e, assim respeitar a sua cultura, estimulando-o a participar das aulas. Para este trabalho nos subsidiávamos nas concepções de Freire (1996), autor que afirma que o educador deve não só respeitar o saber do educando, como também proporcionar atividades que partem da realidade deste, dos saberes que eles possuem, reconhecendo a não neutralidade da prática educativa. Freire afirma que “ensinar exige a convicção de que mudar é possível”(1996, p.76), ou seja, o educador deve ter um saber fundamental, de que mudar pode ser difícil, mas que é possível, e para tanto o educador deve se comprometer com o aluno, conscientizando-se de sua ação político-pedagógica. Dessa forma, com relação à questão pedagógica, as educadoras promoviam debates sobre política, assunto muito presente na vida dos educandos e que eles gostavam muito de debater, conversavam sobre as plantações em seus assentamentos, e embora as atividades partissem da realidade dos alunos, também se ensinava as letras, sílabas e palavras, que vinham do cotidiano, ou seja, se escrevia sobre questões do próprio assentamento. Como as aulas se davam no mesmo espaço, muitas vezes as aulas de uma educadora chamava a atenção dos outros alunos, então se fazia um grupo para que todos participassem. Além disso, as alfabetizadoras mostravam uma grande preocupação com relação aos alunos, como um aluno sempre citado nas reuniões que não falava que só fazia a atividade quando a educadora o ajudava. Ele havia sido preso, pois foi confundido com um homônimo, até se darem conta do erro ele ficou na prisão. Lá foi abusado sexualmente e quando saiu não conversava com ninguém. Começou então, a frequentar as aulas. Primeiramente com um

pouco de receio, segundo a alfabetizadora, mas depois a classe foi acolhendo-o e esse aluno que antes não conversava com ninguém, passou a ter novas amizades e a se encorajar a falar em público. Não se alfabetizou, mas sem dúvida nenhuma, teve um grande avanço, uma grande aprendizagem. A educadora demonstrava extremo comprometimento com esse aluno, cada detalhe do que ela planejava era refletido, levando em consideração as possibilidades de participação deste aluno, até seu modo de falar com ele era diferente, respeitava o fato dele não querer falar em público, o ajudava na atividade enquanto os outros as faziam sozinhos e demonstrava com toda paciência, seu respeito pelo ritmo do aluno. Esse aluno conseguiu ter avanços não só pela professora como também pelo ambiente em que estava inserido. Cury (2000) diz que o acesso à escola possibilita um espaço de liberdade para o reconhecimento do outro como “igual” não se sentindo o indivíduo excluído, aumentando assim sua auto-estima. A repercussão do trabalho desenvolvido por estas educadoras no assentamento foi tamanho que, gerou uma demanda muito grande por alfabetização e, com o fechamento de salas em outras regiões, optou-se por abrir duas novas salas no mesmo assentamento devido a procura de alunos que queriam estudar. Uma destas salas contou com 20 alunos, a outra com 23, ou seja, realmente uma procura muita grande, que percebemos ser fruto do que os assentados ouviam falar sobre o trabalho desenvolvido. Mesmo após a conclusão do Programa estas educadoras continuaram realizando o trabalho, sem nenhuma remuneração, aguardando a aprovação do projeto de EJA, 1ª à 4ª série. Tal compromisso foi reconhecido pelos alunos, nestas salas, praticamente não houve evasão, com exceção de 4 alunos que se mudaram para outra região. Além disso, as duas educadoras, por meio de um convênio com a UFSCar, estão inscritas no Curso de Pedagogia, desta renomada instituição.

4. Resultados

As educadoras sem dúvida nenhuma tiveram um comprometimento com a população de seu assentamento, evidenciado por seu compromisso com a prática educativa. Contribuíram para que estes, além de empreenderem as lutas por seu direito, possam agora registrá-las de forma escrita, além disso, incentivaram muitos jovens e adultos a quererem voltar aos estudos demonstrando que este pode potencializar as formas de participação nas atividades de seu grupo. Buscaram aprender e participar ativamente de cada encontro de formação e levaram esse aprendizado para suas salas de aula, elevando a auto-estima de muitas pessoas e delas mesmas. Fizeram de suas aulas, reflexões sobre a realidade dos alunos, compartilharam nos encontros atividades e dúvidas e os resultados da aprendizagem de seus alunos, ao final do Programa evidenciam o quanto esta prática educativa contribuiu com o necessário acesso destes alunos ao mundo letrado.

5. Considerações Finais

Essa trajetória das educadoras mostra que mais importante que o grau de escolarização de um educador, está o compromisso deste com seus alunos e com sua própria comunidade. Este compromisso o faz buscar, o leva a estudar formas de intervenção cada vez mais eficientes para o avanço de cada um de seus alunos, e os fizeram refletir sobre sua própria atuação na comunidade em que vivem. Além disso, acredito que o comprometimento dessas duas educadoras com os alunos e seu povo, deva ser exemplo de dedicação e realização, pois essas alfabetizadoras que antes se mostravam interessadas em cursar Pedagogia, agora puderam realizar seu desejo e, além disso, irão continuar dando aulas, no projeto desenvolvido em parceria com a UNIMEP para que esses alunos continuem estudando. Como bolsista participava das reuniões de formação e visitava as salas de aula bem como os assentamentos e sem dúvida nenhuma foi um aprendizado muito importante para a minha formação. Inicialmente pelo fato de me tornar uma pessoa mais independente, de realizar certas viagens sozinha para visitar os assentamentos. As visitas a cada um deles, fez eu conhecer diversos tipos de plantações, arroz, beterraba, milho, cana, entre outros, e as diferentes formas de distribuição de espaço das casas. O contato com as pessoas me tornou mais desinibida e o carinho e respeito com o qual as comunidades me recebiam, me fez sentir mais querida e motivada a aprender mais para poder compartilhar com os estudos que eu fazia no curso de Pedagogia com as educadoras do programa. Mas o principal foi o aprendizado com relação a alfabetização de jovens e adultos

nos assentamentos e as reuniões de formação. Aprendi a valorizar cada aluno que depois de um longo dia de trabalho na roça, percorria caminhos distantes para aprender a ler e a escrever e com isso, pude ver de perto o que é valorizar o ritmo de aprendizado de cada aluno e o grande trabalho das educadoras, ao elaborar atividades diversificadas e ao assumir uma atitude de estímulo para que os alunos aprendessem a ler e a escrever. Aprendi e estudei diversos teóricos que pesquisam sobre o ensino para jovens e adultos o que acrescido ao depoimento das educadoras com relação ao processo de ensino com os alunos para seus avanços me ensinou muito. Durante as reuniões de formação na qual eu participava, pude observar o desafio assumido por meus professores que em conjunto com as educadoras buscaram tornar o aprendizado dos alunos cada vez mais significativo e condizente com suas realidades. Com isso, recebi diversos textos sobre a reforma agrária e educação no campo e aprendi muito com essa realidade que é diferente da minha que sempre morei na zona urbana e entendi o quanto é importante que cada educador, seja ele quem for, faça uma ponte do ensino com a realidade de cada aluno, pois dessa forma facilitará o aprendizado dos mesmos. Agradeço a oportunidade de participar do programa como bolsista, pois trouxe um aprendizado imensurável e hoje me formo muito mais madura, tendo conhecimento da realidade da educação no campo, bem como a importância de fazer do ensino uma forma de estimular e incentivar a vida na zona rural. E além disso, percebi o quanto é importante o educador estabelecer compromisso com o aluno com quem está trabalhando e ter oportunidades de fazer desse compromisso um estímulo ao aprendizado deste aluno para que ele possa continuar estudando e aprendendo sempre.

Referências Bibliográficas

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**, 2000;
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;
- FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005;
- VIEIRA, M. A. L. **Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos nos Assentamentos da Agricultura Familiar**. Piracicaba. UNIMEP, NEPEP, 2005 (mimeo).